

União política contra a recessão

por José Casado
do Rio

O presidente eleito Fernando Collor de Mello vai enfrentar uma sólida oposição, dentro e fora do Congresso Nacional, para realizar um "choque" antiinflacionário logo depois de sua posse, cujo resultado imediato seria uma recessão econômica e suas clássicas seqüelas sociais — desemprego e queda no salário real, por exemplo.

A recessão, como produto desse "choque", já foi prevista por Collor e reafirmada pelos seus principais assessores, que atualmente dedicam-se ao estudo de forma de atenuação das medidas econômicas sobre os assalariados de baixa renda.

A perspectiva de um alto custo social em um programa econômico recessivo já está produzindo uma tácita aliança oposicionista a Collor, dois meses antes da data oficial de sua posse.

Há uma articulação, ainda que informal, entre líderes de diferentes partidos políticos como PMDB, PSDB, PT e PDT, setores da Igreja Católica, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e até líderes sindicais de ma-

tizes ideológicos diferentes, como os que comandam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Isso ficou explícito, na sexta-feira, no Rio, ao final de um ciclo de debates sobre as perspectivas do País no próximo governo. São os primeiros indícios concretos dos obstáculos políticos que o presidente eleito irá enfrentar, a partir de sua posse, num ano marcado por eleições congressuais.

"O problema", resumiu o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB), "é a existência de uma expectativa enorme na sociedade de que o novo governo sirva de instrumento para as mudanças sociais necessárias. Ocorre que há uma grande perplexidade, pois ninguém sabe realmente qual o rumo que o governo Collor vai tomar. E aí surgem os riscos de uma crise de governabilidade, logo no início."

Acrescentou: "Estamos diante do risco de o presidente eleito tentar repetir experiências fracassadas, como a de governar por projeto de impacto, sem negociação prévia. Qual-

quer que seja esse projeto, no dia seguinte, certamente, ele será desfeito pela sociedade e suas organizações".

A análise de um segmento majoritário na Igreja Católica, representado pela CNBB, é coincidente. O bispo Afonso Gregori, de Imperatriz (Maranhão) e integrante do conselho nacional da entidade, prevê resistências muito claras.

"O povo já está cansado, muito cansado desse tipo de política, onde se coloca o combate à inflação via recessão. Se isso se repetir, sem que se coloque a luta contra a inflação numa moldura, numa proposta efetiva de retomada do

(Continua na página 7)

Os empresários se dividem na hora de avaliar as consequências que as primeiras delineações da política econômica do governo Collor terão sobre a economia brasileira. Boa parte acha que ainda é cedo para se dizer alguma coisa e que é necessária uma definição maior. Outros, entretanto, consideram que as medidas de emergência já divulgadas sinalizam uma recessão.

(Ver página 3)

TREVO  GRUPO LUXMA

União política contra a recessão

por José Casado
do Rio
(Continuação da 1ª página)

desenvolvimento com um programa explícito, começamos a descer já no primeiro momento", diz.

Collor não deve esperar o consenso, e na visão do deputado Nelson Jobim (PMDB), um dos mais influentes líderes na Câmara Federal, também não deve "cair na tentação" de utilizar o argumento de risco da ingovernabilidade do País para, eventualmente, justificar a cooptação política da oposição.

"Nós, o PMDB, não estaremos mais na 'cabeceira' da mesa de negociações no Congresso, como nos últimos anos. Teremos a responsabilidade sim de não inviabilizar o governo, mas teremos também a verticalidade de afirmar diante do governo que somos oposição", insiste.

O presidente eleito deve-se preparar para uma efetiva "cobrança" no Congresso por parte de algumas facções políticas que não perdoam alguns de seus atos na campanha eleitoral recente. "Ele cometeu alguns erros éticos na campanha, terá que pagar por isso e nós vamos cobrar até o fim", indica Plínio de Arruda Sampaio, líder do PT na Câmara.

O PT pretende funcionar como pivô da oposição no Congresso. Já programa para março, logo depois da divulgação das primeiras medidas do novo governo, um seminário, "o mais aberto possível", para articular a crítica política dos atos iniciais do governo Collor.

Para o novo governo, a edição desse "choque" será algo como tentar conservar um avião em pleno voo, observa o economista Luciano Martins, da Unicamp.

Provavelmente pior,

acha Hélio Jaguaribe, sociólogo: "O presidente eleito está isolado, sem um projeto definido e diante de um Congresso onde tem pouca representatividade autêntica. Só tem precários canais de comunicação com a sociedade. Além disso, já enfrenta uma grande reação às suas idéias iniciais."

A saída por um tipo de pacto social, como Collor já propôs, é questionável, segundo Dorothea Werneck, ministra do Trabalho, que participou de algumas tentativas — sem êxito — do governo Sarney nessa direção. "A precondição do pacto é a respeitabilidade mínima entre as partes. E não sei se isso existe hoje. Além disso, é preciso definir com clareza: pacto para quê? Com quem?"

Na base de todo esse debate está uma manifesta ansiedade coletiva por uma mudança estrutural no perfil de distribuição da renda nacional.

Os empresários, nota Eugênio Staub, presidente do grupo Gradiente, "vão ter que se unir e apoiar politicamente o novo governo na tentativa de viabilizar as reformas, a modernidade".

As dificuldades serão mais aparentes do lado dos trabalhadores. "O que está havendo é uma conspiração para a recessão", diz, exaltado, Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que não chega a ser um opositor do novo governo.

Medeiros já anuncia uma aliança concreta com seus principais adversários no movimento sindical — Jair Meneguelli, da CUT, e Joaquim dos Santos Andrade, da CGT — para articulação de uma greve geral contra as medidas de caráter recessivo. "Quero a cesta básica e o seguro-desemprego sim. Mas com emprego."